



Universidade dos Açores

Departamento de Ciências Agrárias

Doutoramento em Gestão Interdisciplinar da Paisagem

2015

Segurança Alimentar e Regulação da Posse e Uso da
Terra em África. O caso do Planalto Central de Angola

Maria Emília Pepeka



Universidade dos Açores

Departamento de Ciências Agrárias

Doutoramento em Gestão Interdisciplinar da Paisagem

Segurança Alimentar e Regulação da Posse e Uso da
Terra em África. O caso do Planalto Central de Angola

Orientador: Prof. Doutor Tomaz Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho

Co-orientadora: Professora Doutora Maria de Fátima Ferreiro

Doutoranda: Maria Emília Pepeka

Angra do Heroísmo, 2015

Agradecimentos

Não seria possível trilhar esta aventura sem o apoio incondicional de pessoas singulares e coletivas que mais uma vez acreditaram e impulsionaram. Assim fica aqui registado em gesto de reconhecimento:

O Professor Dr. Miranda Lopes Miguel, pelo espírito integrador na condução dos destinos do Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo.

O Professor Dr. Tomaz Ponce Dentinho, impulsionador formativo e pela orientação e contribuição incondicional e efetiva na composição deste trabalho através da observação e críticas oportunas mas estimulantes e pelo exemplo de humildade na busca do próximo. Ficou um aprendizado para a vida.

À Professora Doutora Maria de Fátima Ferreiro, que mais que co-orientadora se fez amiga, pela paciência e disponibilidade e encorajamento. Vosso exemplo de simplicidade permeou – me e constituiu-se no primeiro ganho obtido.

À Universidade dos Açores, ao Instituto Superior de Ciências da Educação, ao ISE que dispuseram todos os recursos humanos e materiais e financeiros que exerceram um papel fundamental na realização desta tese.

Ao Paulo Jorge Silveira, pela seu carácter tão familiar que muito contribuiu para transformar a saudade em alegria. Ainda pelo seu desprendimento e abertura, atitudes que alimentaram a ousadia de encarregar-lhe a tarefa de impressão da tese.

Aos colegas do curso pela partilha de conhecimentos e pelo incentivo constante e permanente e terem proporcionado a ampliação do campo afetivo e académico.

À administração da Calima pela disponibilidade e apoio em recursos humanos na recolha de dados, instrumento imprescindível para a realização do trabalho.

Aos camponeses de Kaputo, Mungo e Caála pela participação dos questionários e oferta de informação relativa ao tema, que tanto enriqueceu aprimorando assim a sua relevância.

Aos colegas do Instituto Superior de Educação do Huambo, o meu profundo reconhecimento pela vossa colaboração e encorajamento.

À ADRA que cedo percebeu a preocupação de desenvolver o trabalho desta natureza e proporcionou desde cedo a minha integração nos encontros realizados com os camponeses e deles beber as experiências que os afligiam relativas ao tema.

Aos amigos e familiares pelo afeto e acreditarem que tudo vale a pena e é sempre motivo de crescimento.

Dedicatória

Aos

Filhos e netos com muito
apreço e carinho

Resumo

A questão relativa à segurança alimentar é complexa e de âmbito global. Desta feita instituições diferenciadas se têm envolvido na busca de soluções adequadas a cada contexto. É neste âmbito que se enquadra o tema Segurança alimentar e regulação do acesso à terra nas zonas rurais no Huambo. Foi realizado um estudo de caso no Huambo que visa perceber as condições que comprometem a redução da fome em Angola e o cumprimento dos objetivos do Millenium, considerando a forma de regulação e do acesso à terra e a contribuição dos produtos locais para a melhoria da situação alimentar da população. Para o alcance deste desiderato consideraram-se como conceitos básicos a segurança alimentar, propriedade da terra, fome e pobreza. Em termos de metodologia aplicou-se um questionário à 24 informantes retirados de quatro localidades: Mungo, Kaputo (Calima), Caála e Sede do Huambo. O resultado obtido foi submetido ao índice de entropia o qual foi superior a 0,6 com uma frequência de termos relevantes superior a 2 por frase identificando-se 31 frases com um panorama amplo e não redundante do tema segurança alimentar e direito de propriedade em Angola, necessárias para o exercício da Metodologia Q. Concluiu-se que para que a terra faça efetivamente parte da solução deve-se constituir em propriedade privada e esta passa pelo registo e titulação. No Huambo a grande maioria da população do meio rural rege-se pelo direito costumeiro. Quanto aos produtos locais o constrangimento reside nos baixos preços o que se reflete no rendimento familiar do camponês e conseqüentemente na pobreza.

Palavras –chave: segurança alimentar; terra; propriedade, pobreza.

Abstract

The issue of food security is complex and globally. This time different institutions are involved in the search for appropriate solutions to each context. It is in this context that fits the theme of food safety and regulation of land access in rural areas in Huambo. A case study was conducted in Huambo that seeks to realize the conditions that compromise the reduction of hunger in Angola and the fulfillment of the objectives of the Millennium, considering the form of regulation and access to land and the contribution of local products to improve the situation feed the population. To achieve this desideratum were considered basics like food security, land ownership, hunger and poverty. In terms of methodology applied a questionnaire to 24 respondents taken from four locations: Mungo, Kaputo (Calima), Caala and Huambo Headquarters. The result obtained was subjected to entropy rate which was greater than 0.6 at a frequency of relevant terms than 2 per sentence identifying phrases 31 and not an extensive overview of the subject redundant food security and ownership rights in Angola necessary for the exercise of Methodology Q. It was concluded that that the land actually part of the solution should be in private ownership and this goes for the registration and titling. Huambo in the vast majority of the rural population is governed by customary law. As for local products embarrassment lies in low prices as reflected in household income peasant and consequently in poverty.

Key words: food security; land; property, poverty

1- Introdução	1
1.1- Segurança Alimentar	1
1.2- Segurança Alimentar em Angola	4
1.3- Objetivo da investigação	10
2- Segurança Alimentar	12
2.1- Conceito	12
2.2- Perspectiva da Segurança Alimentar no Mundo	15
2.3- Perspetiva da Segurança Alimentar em África	19
2.3.1- Ambiente político favorável	22
2.3.2- Crescimento anual sustentado de produção de produtos agrícolas	23
2.3.3- Diverso uso intensivo da terra com base em culturas arbóreas rentáveis	24
2.4- Situação da Segurança Alimentar em Angola	25
2.5- Síntese	29
3- Análise da regulação do acesso à terra	30
3.1- Introdução	30
3.2- Conceito de propriedade	31
3.2.1- Visão histórica do conceito propriedade.....	33
3.2.2- Direito de propriedade.....	35
3.3- Normas que regulam a propriedade, posse e uso da terra	39
3.3.1-Normas que regulam a propriedade	39
3.3.2- Normas que regulam a posse e uso da terra.....	42
3.4- Normativo jurídico –legal e o costume relativo à terra em Angola e no Huambo	46
3.4.1- Dinâmica do Mercado fundiário no Huambo.....	52
3.5- Importância da terra na satisfação da Segurança Alimentar	56
3.6- Síntese	63
4- Metodologia	66
4.1- Objetivo da investigação	67
4.2 - Objetivo do estudo	68
4.2.2- Hipótese.....	68
4.3 - Desenvolvimento da metodologia	69
4.3.1- Revisão bibliográfica	69
4.3.2- Determinação da área de estudo	69
4.4 - População e amostra	70
4.5- Tipos de fontes de informação	70
4.6- Métodos, instrumentos e técnicas de coleta de dados	70

5- Contextualização	73
5.1- Introdução	73
5.2- Análise dos relatórios da FAO	73
5.2.1- Descrição da estrutura do Programa de Segurança Alimentar do município.	75
5.3.1-Disponibilidade dos alimentos no Huambo.....	77
5.3. 2- Acesso	78
5.3.3-Consumo alimentar	79
5.3.4 - Estabilidade	82
5.3.5-Proveniência dos alimentos consumidos.....	82
5.4- Análise de conteúdo	82
5.4.1- Identificação das frases mais frequentes	83
5.4.2- Identificação das palavras associadas	84
5.4.3- Agrupamento de palavras singulares em áreas temáticas	85
5.4.4- Seleção das Frases	87
6- Análise dos resultados da Metodologia Q	90
6.1- Introdução	90
6.2- Dados da Hierarquização	91
6.3- Análise das componentes Principais	94
6.3.1- Componente (1)Terra comunitária/ equipamentos	99
6.3.2- Componente 2- Alimentos / Migrações.....	101
6.3.3- Componente 3- Terra Privada / Terra comunitária	104
6.3.4- Componente 4- Alimento Rural Geral.....	108
6.3.5- Componente 5- Terra mal regulamentada.....	111
6.3.6- Componente 6– Alimento rural a nível local.	114
6.3.7- Componente 7 – Terra Privada / Migração.....	117
6.3.8-Component 8- Outros Fatores que não o acesso à terra.....	120
6.4- “Personagens” – Atitudes e Valores	123
6.4.1- Ximbulo	125
6.4.2- Nina	125
6.4.3-Elias	125
6.4.4-Sara	126
6.4.5- Tchinguri	126
6.4.6- Mussole	127
6.4.7- Malongo	127
6.4.8- Aníbal.....	127
6.6- Conflitos e consensos	128
6.6.1- Conflitos.....	128

6.6.2- Consensos.....	129
6.7- Síntese.....	129
7- Discussão	132
8- Conclusão	138
9- Referências Bibliográficas.....	140

Índice de tabelas

Tabela 1 - Descrição da população segundo o índice de pobreza em Angola em 2008-2009.....	6
Tabela 2 - Descrição das políticas de Segurança Alimentar em Angola	8
Tabela 3 - Representação da desigualdade distributiva do consumo familiar	18
Tabela 4 - Representação do índice de pobreza em Angola referente a 2011	27
Tabela 5 - Designação das ações da FAO relativas à Segurança Alimentar e Nutricional	74
Tabela 6 - Registo da produção alimentar da região do Huambo relativo a 2015	77
Tabela 7 - Estabelecimento da frequência das frases iniciais selecionadas.....	84
Tabela 8 - Definição da frequência da associação de palavras às frases iniciais.....	85
Tabela 9 - Demonstração dos termos associados e singulares por área temática	86
Tabela 10 - Demonstração da frequência dos temas	87
Tabela 11 - Descrição das frases selecionadas com um panorama amplo e não redundante.....	89
Tabela 12 - Definição de variáveis correlacionadas pelo agrupamento das frases	92
Tabela 13 - Definição do grupo nº 1.....	93
Tabela 14 - Definição do grupo nº 2.....	94
Tabela 15 - Definição do grupo nº 3.....	94
Tabela 16 - Demonstração das combinações	96
Tabela 17 -Relação entre os personagens e os grupos representam	128

Índice de figuras

Figura 1 - Círculo vicioso da fome e da pobreza	2
Figura 2 - Orientação do combate à fome e à pobreza	4
Figura 3 - Enquadramento da Lei de Terras no combate à fome e à pobreza.....	9
Figura 4 - Transferência de escravos para a África Oriental	21
Figura 5 - Classificação das frases por densidade de termos e especialização	88
Figura 6 - Representação do comportamento da componente 1.....	97
Figura 7- Hierarquização das frases pela componente 1	98
Figura 8 - Representação do comportamento da componente.....	101
Figura 9 - Hierarquização das frases pela componente 2	102
Figura 10 - Representação do comportamento da componente 3.....	104
Figura 11 - Hierarquização das frases pela componente 3	105
Figura 12- Representação do comportamento da componente 4.....	108
Figura 13 - Hierarquização das frases pela componente 4	109
Figura 14 - Representação do comportamento da componente 5.....	111
Figura 15 - Hierarquização das frases pela componente 5	112
Figura 16- Representação do comportamento da componente 6.....	114
Figura 17 - Hierarquização das frases pela componente 6	115
Figura 18 - Representação do comportamento da componente 7.....	117
Figura 19 - Hierarquização das frases pela componente 7	118
Figura 20 - Representação do comportamento da componente 8.....	120
Figura 21 - Hierarquização das frases pela componente 8	121
Figura 22 - Relação entre os componentes e as variáveis para a redução da pobreza e da insegurança alimentar.....	131
Figura 23 - Esquema de consenso das percepções dos grupos	131

1- Introdução

1.1- Segurança Alimentar

A segurança alimentar tem importância no desenvolvimento socioeconómico de qualquer país ou região. O continente Africano também não se isenta desta preocupação considerando a sua situação económica precária marcada por guerras, catástrofes naturais, baixa tecnologia, alta densidade populacional e prevalência de um índice elevado de analfabetismo.

Um dos objetivos da Cimeira Mundial da Alimentação em 2009 (FAO, 2009) e posteriormente do Milénio (ONU, 2010) é reduzir para metade os 800 milhões de pessoas desnutridas em todo o mundo até 2015. A temática da fome preocupa desde sempre as comunidades humanas e tem tido uma especial atenção da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* ao longo dos últimos 50 anos (FAO, 2000). Ganhou maior relevância a nível mundial a partir da crise de escassez de mantimentos no período de 1972-74 como resultado da disseminação de más colheitas em várias regiões do Mundo (Gaspar, 2009a).

Na Cimeira Mundial da Alimentação de 1996, em Roma, é clarificado o conceito de segurança alimentar (FAO, 2006).

“Existe segurança alimentar quando todas as pessoas têm em todo momento acesso físico e económico a suficientes mantimentos inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentares e suas preferências para levar uma vida ativa e sã” (FAO, 2006).

Esta definição, usualmente aceite, define as dimensões da segurança alimentar como: i) Disponibilidade de alimentos ou a existência de quantidades suficientes de alimentos em qualidade adequada, abastecidos através da produção interna ou de importações (compreendendo a ajuda alimentar); ii) Acesso aos alimentos ou aos recursos adequados para adquirir alimentos apropriados a uma alimentação nutritiva, designadamente direitos tradicionais incluindo direito de acesso aos recursos coletivos; iii) Utilização biológica dos alimentos através de uma alimentação adequada, água potável, sanidade e atenção médica, para obter um estado de bem-estar nutricional de forma que se satisfaçam todas as necessidades fisiológicas; iv) Estabilidade para ter segurança alimentar em todo

momento para a população, para a família lar ou para uma pessoa sendo possível precaver riscos de abastecimento sazonais ou de crises repentinas.

As experiências obtidas na luta para alcançar os objetivos do milênio e a segurança alimentar mundiais, especialmente em países pobres e em desenvolvimento, dirigem a ação para as seguintes linhas, recolhidas no Relatório da (FAO, 2006):

- a) A redução da fome é necessária para acelerar o desenvolvimento e a redução da pobreza.
- b) A fome é uma consequência e uma causa da pobreza.
- c) A fome afeta negativamente à saúde, ao rendimento do trabalhador e às preferências de investimento, perpetuando a pobreza.

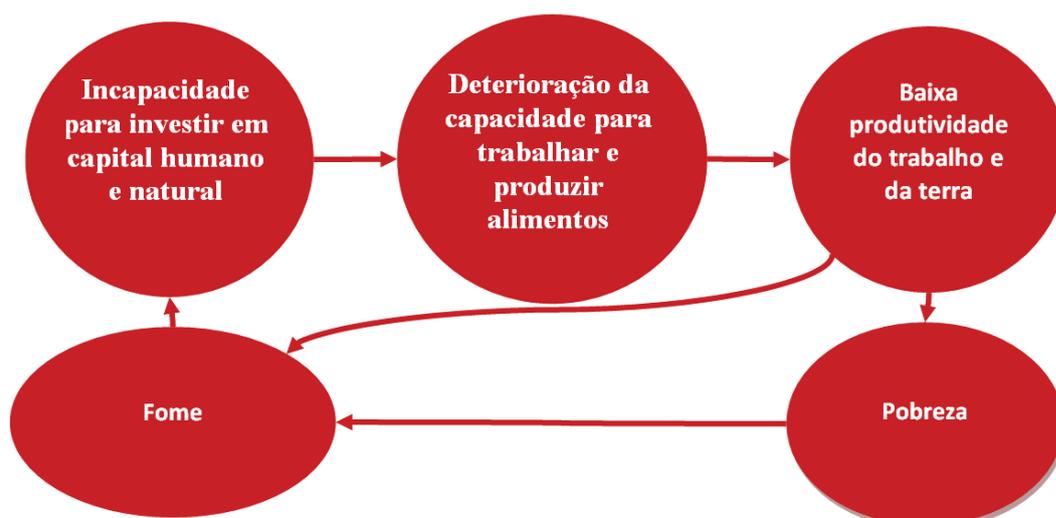


Figura 1 - Círculo vicioso da fome e da pobreza

Existe assim, um círculo vicioso de Fome e de Pobreza que passa pela incapacidade em investir em capital humano e natural, pela deterioração da capacidade para trabalhar e produzir alimentos e pela baixa produtividade do trabalho e da terra (Figura 1).

Por um lado o crescimento agrícola é uma variável que equaciona este ciclo pois, segundo a FAO (2010), reduz a fome em aproximadamente 70 por cento dos pobres nos países em desenvolvimento que vivem e dependem da agricultura, induz a economia rural (Pain, 2007) e é geradora de ingresso de empregos

(Negrão, 2002). Segundo o (Banco Mundial, 2008), o combate à fome exige um compromisso ampliado e um desenvolvimento agrícola e rural. Para o efeito é necessário:

A tecnologia, adaptada às condições locais que favoreçam os agricultores em pequena escala, acelera a redução da pobreza mediante o aumento dos ganhos agrários e a redução dos preços dos alimentos.

O comércio que assegure os benefícios para os pobres, incluindo infra-estruturas de mercado, instituições e reformas políticas internas assim como as relacionadas com a rede de segurança alimentar.

O investimento público em infraestruturas, investigação agrícola, educação e extensão são indispensáveis para promover o crescimento agrícola.

A ajuda exterior ao desenvolvimento agrícola orientada suficientemente para os países com níveis baixos de desnutrição.

A paz e a estabilidade pois os conflitos prolongados afetam às atividades económicas e destroem as infra-estruturas e os meios de vida, agravando a insegurança alimentar.

Para combater a fome a FAO coloca em destaque uma proposta denominada de enfoque de duplo componente (Pingali, Alinovi & Sutton 2005), onde se combina a agricultura e o desenvolvimento rural sustentável com programas especificamente dirigidos para o aumentar o acesso direto aos alimentos para os setores mais necessitados.

- 1) Os fatores que afetam a esta capacidade dos sistemas alimentares são a estrutura da economia alimentar no seu todo, assim como seus componentes, como a produção agrícola, a tecnologia, a diversificação da indústria alimentar, e o consumo.
- 2) O segundo componente avalia as opções para dar apoio aos grupos vulneráveis. A análise da vulnerabilidade oferece uma perspectiva da dinâmica da segurança alimentar que requer dar atenção especial aos obstáculos e às opções para sua gestão.

Ambas as modalidades devem reforçar-se mutuamente, e a interação positiva entre elas as deveria fortalecer para a recuperação. Por exemplo, a gestão de

obstáculos ajuda às vítimas de uma crise determinada mediante a atenção à suas necessidades imediatas de alimentos. Há uma série de opções disponíveis para promover a segurança alimentar a prazo mais longo através da agricultura e o desenvolvimento rural sustentáveis, com o objetivo de acautelar ou mitigar-lhes os riscos.

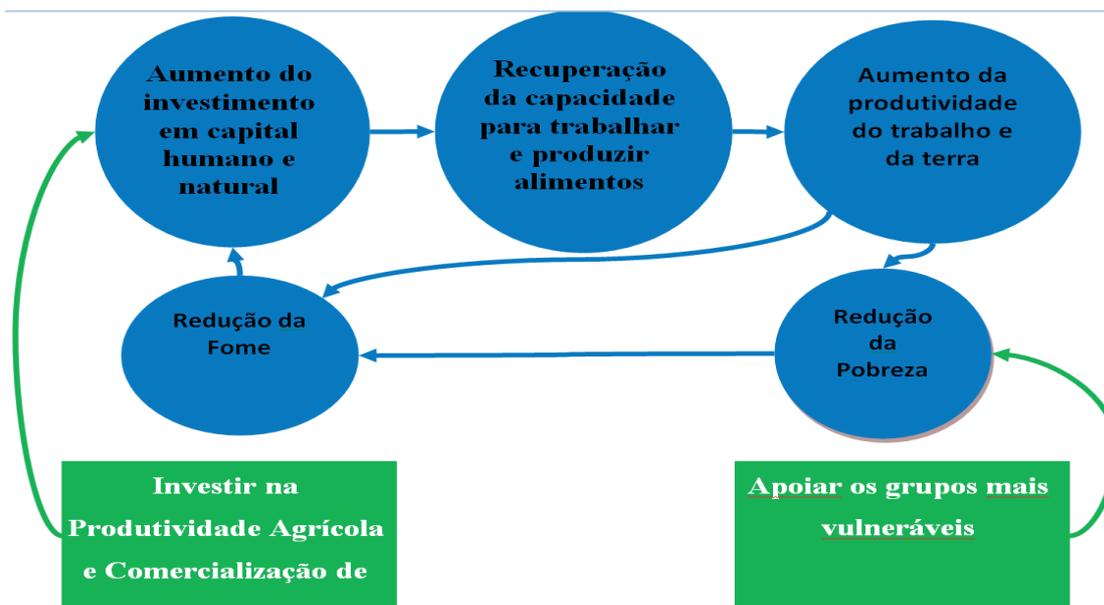


Figura 2 - Orientação do combate à fome e à pobreza

A ideia é transformar o ciclo vicioso da pobreza e da fome em processos que melhorem a produtividade e aliviem a pobreza aumentando a produtividade e reduzindo a fome (Figura 2).

1.2- Segurança Alimentar em Angola

Como signatária daquele plano internacional, por ter adotado os objetivos do Milénio, cõnsua da importância fundamental da alimentação e dos prejuízos da insegurança alimentar em todos os domínios que desaguam no subdesenvolvimento económico dos países, Angola tem desenvolvido esforços no sentido de adotar planos como é o caso da Estratégia Nacional para a Segurança Alimentar (Rao, 2006), que aponta o acesso à terra como um elemento importante para a sua abordagem.

Angola é dos mais extensos países da África ao Sul do Sahara, com uma paisagem que alterna o deserto com a floresta virgem tropical e uma superfície arável estimada em trinta e cinco milhões de hectares, em que os mais férteis encontram-se junto aos rios, onde se concentram aluviões que, em geral, são ricos em elementos minerais e compostos orgânicos, para uma população rural estimada pelo PNUD e pela ONU para 2002 de 13.900.000 e pelo INE aproximadamente de 16 milhões de habitantes até 2007 dos quais perto de 50% corresponde à população rural. Estes dados atualizados em 2014 com a realização do primeiro censo do País resultaram numa representatividade rural na ordem de 9.200.403 correspondendo a 37,7% de 24 383 301 (INEA, 2014). Enquanto isso, esta disponibilidade de recursos confronta-se com a limitante fertilidade para responder a grande demanda por alimentos.

A realidade descrita para Angola segundo o Relatório de Março de 2004 do Centro de Investigação para a Paz (CIP, 2004), parte do momento da assinatura dos acordos de paz em Abril de 2002 e a abertura a uma nova etapa para a economia de mercado e o multipartidarismo destaca que, apesar de sua riqueza em recursos naturais - petróleo e diamantes principalmente - mais de 60% dos angolanos vivem por debaixo do limiar da pobreza. Grande parte da riqueza se concentra em torno das zonas urbanas, ficando no esquecimento amplas zonas rurais do país. Nesta altura os níveis de acesso escolar e os indicadores de saúde eram alarmantes. Os recursos humanos careciam, em geral, da formação necessária e a sociedade civil muito débil e, em muitos casos era dependente da ajuda externa. Mas apesar destas dificuldades, no país se detecta optimismo e esperança.

Tabela 1- Descrição da população segundo o índice de pobreza em Angola em 2008-2009.

	Índice de pobreza			População	
	Incidência	Profundidade	Intensidade	Total %	Pobre %
Angola	36,6	12,7	6,0	100,0	100,0
	Área de residência				
Urbana	18,7	5,3	2,2	54,8	28,0
Rural	58,3	21,6	10,7	45,2	72,0
	Região Centro Sul				
Urbana	29,1	9,0	4,1	10,5	8,4
Rural	69,4	28,6	15,2	18,6	35,3

Fonte: Extraído do (IBEP, 2008-2009)

Entretanto, a situação descrita não difere significativamente do IBEP, 2008-2009, sendo seus dados apresentados na Tabela nº 1. O quadro apresenta uma forte assimetria em termos de distribuição ao refletir que 72% da população angolana é rural e pobre e, a região planáltica conformada pelas Províncias do Huambo, Bié, Benguela e Kwanza Sul responde por 35,3% registando-se ainda uma desigualdade no índice de pobreza que afecta esta região, assim como o impacto das estratégias e políticas de segurança alimentar implementadas de forma significativa em todas as suas dimensões o meio rural (INE, 2011). É aí onde a pobreza encontra moradia, onde é mais profunda e se manifesta impiedosamente acasalando a incidência com a intensidade pela sua proximidade, indicadores bastantes para classifica-la. Segundo dados da mesma fonte o coeficiente de Gini¹, em Angola é de 0,55 sendo relativamente mais alto na região Centro Sul de onde Huambo é parte com um valor na ordem dos 0,61 para na área urbana e 0,48 na rural. A análise resultante do (INE, 2011), confessa que a maior diferença entre a população mais pobre e a mais rica se encontra na Região Centro onde os mais ricos detêm 63% do total das receitas. Entretanto o economista angolano Alves da Rocha num pronunciamento à imprensa em Abril de 2012 dizia que Angola era a 3ª economia da África subsaariana em termos de produto interno bruto. Neste mar de dificuldades e fragilidades sobressai a capacidade dos

¹É um cálculo usado para medir a desigualdade social. Apresenta dados entre o número 0 e o número 1, onde zero correspondem a uma completa igualdade na renda em que corresponde a uma completa desigualdade entre as rendas.

angolanos lutarem e procurarem soluções para os seus problemas, quer através de esforços individuais, quer de pequenos grupos ou de outras formas de ação coletiva o que se pode comparar ao conceito de resiliência onde se destaca a capacidade dos indivíduos, suas famílias e comunidades negociarem recursos culturalmente significativos a serem partilhados.

Angola é um país com capacidade para ser autossuficiente em termos alimentares. Já no período colonial Angola era autossuficiente em alimentos e muitas das culturas eram comercializadas tanto por colonos agricultores como por pequenos camponeses que encontravam aí uma fonte de rendimento adicional para somar a agricultura de subsistência (Hodges, 2004), (Pain, 2007).

Tabela 2 - Descrição das políticas de Segurança Alimentar em Angola

Políticas	Organismo responsável	Objectivo
Estratégia de Combate a pobreza (2005)	Ministério do planeamento	Redução em 50% da proporção da população com menos de 1 USD/dia até 2015
Política comercial	Ministério do Comercio	Agir sobre a estrutura dos preços relativos ao volume das importações e das exportações de bens e serviços e sobre a atividade comercial geral
Política Nacional de Saúde	Ministério da Saúde	Visa assegurar uma vida saudável para todos os angolanos
Política de desminagem dirigida	Ministério de Assistência e recensão Social	Facilitar o assentamento das populações e a circulação de pessoas e bens reduzindo a vulnerabilidade social e gerar a sua autossustentabilidade
Lei 9/04 Lei de Terras		Estabelece mecanismos que permitem a segurança da posse da terra
Lei de Defesa do consumidor		Estabelece mecanismos para a protecção do consumidor
Lei das sementes		estabelece o controlo e fiscalização da produção importação e exportação de sementes e mudas em todo o país
Lei de recursos biológicos aquáticos		Assegura o uso racional e sustentável dos recursos biológicos aquáticos, do ambiente pesqueiro e ribeirinho
Lei das águas		Promove o uso sustentável das águas

A Tabela 2 apresenta algumas políticas adoptadas por Angola na perspetiva de cumprir com os objetivos estabelecidos de segurança alimentar e os respetivos instrumentos concorrentes para a prossecução dos mesmos.

As dificuldades que o país ainda vive são imensas, mas todos os resultados alcançados neste curto período de paz mostram que Angola pode garantir uma vida digna a todos os cidadãos no futuro, se cada um trabalhar bem e com seriedade no seu respetivo posto, pronunciamento feito pelo Presidente da República em 2007. Um dos objetivos específicos constantes no plano de ação para Angola (ENSAN) é apoiar as competências familiares, promover a educação alimentar e nutricional comunitária, prestar assistência às crianças em idade escolar e a grupos vulneráveis.

O entendimento sobre o conceito mantém o seu foco na capacidade de produção agrícola como forma de assegurar a disponibilidade e a estabilidade dos preços dos alimentos aos níveis internacional e nacional (Clay, 2002) daí aflorar aspetos relacionados com a terra como recurso natural indispensável para a prática agrícola se torna fundamental.

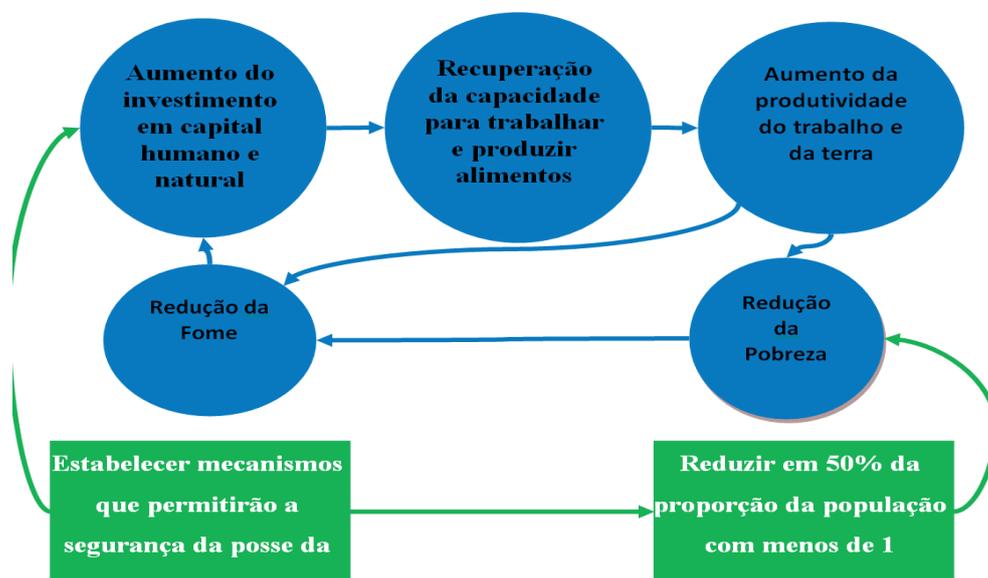


Figura 3 - Enquadramento da Lei de Terras no combate à fome e à pobreza

Duas medidas da Tabela 2 enquadram-se diretamente no esquema da Figura 2. Na verdade “o estabelecimento de mecanismos que permitem a segurança e a posse da terra” prevista na Lei de Terras cria condições para, ao mesmo tempo, aumentar o investimento no capital natural e reduzir consideravelmente a proporção da população em situação de pobreza.

1.3- Objetivo da investigação

Um dos eixos estruturantes do PASAN, (Plano de Ação de Segurança Alimentar e Nutricional para a implementação da ENSAN) consubstancia-se no fomento da investigação científica aplicada em toda a cadeia alimentar e nutricional enquanto o aproveitamento de todas as capacidades e sinergias, possibilitará a implementação efetiva dos objetivos da ENSAN. Nesta conformidade o objetivo geral da investigação é:

Contribuir para a perceção das condições que comprometem a redução da fome em Angola e o cumprimento dos objetivos do Millenium, considerando a forma de regulação e do acesso à terra, assim como a vulnerabilidade alimentar e o estado nutricional de indivíduos de zonas rurais, e a contribuição dos produtos locais para a melhoria da situação alimentar da população.

Para isso propõe-se: a) Rever a literatura sobre segurança alimentar o que facilitou compreender as motivações que desencadearam a criação do conceito e a determinação das dimensões que servem de indicadores para a sua análise em situações concretas e distintas. Por outra, permitiu também identificar as causas que diferem muito de país para país. Nesta vertente a revisão estendeu-se a Angola (Capítulo 2.); b) Analisar as formas de regulação e do acesso à terra nas zonas rurais do Huambo. Para o efeito descreveram-se os conceitos relativos como o são a propriedade, sua evolução histórica, bem como as normas estabelecidas por lei. Esta perceção permitiu alcançar o Huambo e suas dinâmicas, e já pelo final destacar a importância da terra para a satisfação da segurança alimentar. Este conteúdo constitui o Capítulo 3; c) O Capítulo 4 ficou reservado aos aspetos metodológicos, desde a determinação do objetivo de investigação até aos métodos e técnica da coleta de dados.; d). Em seguida, no Capítulo 5, contextualizou-se Município do Huambo e, em função do instrumento de recolha de dados procedeu-se à análise de conteúdo. e) Análise dos

Resultados da Metodologia Q integra o Capítulo 6; f) No Capítulo 7 discutiram-se os resultados obtidos no capítulo 2, 3 para finalmente no capítulo 8 apresentarem-se as conclusões.